



POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

SUMÁRIO

1. **Objetivos**
2. **Definições**
3. **Direitos**
4. **Como exercer esses Direitos**
5. **Ressalva ao exercício de Direitos**
6. **Análise da requisição do titular**
 - 6.1 Tempo de resposta à sua requisição
7. **Mais informações**
8. **Atualizações**

1. OBJETIVOS

Nós da Biodevice temos o compromisso de garantir a você, titular, a proteção dos seus dados pessoais, assegurando, assim, o pleno e efetivo exercício dos seus direitos.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD assegura ao titular dos Dados uma série de garantias e direitos, que permitem o controle e o exercício de prerrogativas sobre seus dados pessoais

2. DEFINIÇÕES

Antes de apresentar seus direitos, alguns conceitos e terminologias trazidas pela lei são fundamentais para você compreender essa política.

Titular: Pessoa a quem se referem os dados pessoais que são objeto de algum tratamento.

Tratamento dos dados: Operações realizadas com algum tipo de manuseio de dados pessoais, como: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento,

armazenamento, edição, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, compartilhamento, difusão ou extração.

Dados pessoais: Informações relacionada a uma pessoa identificada ou identificável, não se limitando, portanto, a nome, sobrenome, apelido, idade, endereço residencial ou eletrônico, podendo incluir

dados de localização, placas de automóvel, perfis pessoais e de consumo, número do IP (*Internet Protocol*) de dispositivos eletrônicos, dados acadêmicos, históricos de compras, entre outros. Sempre relacionados a pessoa natural.

Dados pessoais sensíveis: São dados relacionados a característica da personalidade do indivíduo e suas escolhas pessoais, tais como origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural e com potencial de discriminação.

Dados Anonimizado: São os dados relativos a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento.

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado

perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. Não é o único motivo que autoriza o tratamento de dados, mas apenas uma das hipóteses.

Agentes de tratamento: O controlador que recebe os dados pessoais dos titulares de dados e o operador que realiza algum tratamento de dados pessoais motivado por contrato ou obrigação legal.

Encarregado: Pessoa natural ou jurídica, indicada pelo controlador, que atua como elo de comunicação entre o agente de tratamento e os titulares e a autoridade nacional.

Transferência internacional de dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro, no contexto do tratamento dos dados e para as finalidades especificadas.

3. DIREITOS

O titular dos Dados Pessoais poderá requerer a qualquer momento, expressamente e sem custo, o reconhecimento dos seguintes direitos:

- Direito de acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, de forma clara, adequada e ostensiva, sobre a finalidade específica do tratamento, forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, bem como à identificação do controlador, informações de contato do controlador, informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade, responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento, e direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no artigo 18 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Direito ao tratamento adequado, compatível com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento, limitando-se o tratamento ao mínimo necessário, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- Direito à transparência do tratamento de dados baseado no legítimo interesse do controlador.
- Direito a confirmação da existência de tratamento; acesso aos dados e

- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- Direito de condicionar o tratamento dos seus dados ao prévio consentimento expresso, inequívoco e informado, exceto se a finalidade do tratamento justificar a dispensa do consentimento, conforme autorizado na lei.
 - Direito de exigir o cumprimento de todas as obrigações de tratamento previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, mesmo para casos de dispensa da exigência de consentimento.
 - Direito de exigir que o controlador comprove que o consentimento foi dado, nos casos em que ele é exigido.
 - Direito de não conceder autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais e de revogar o consentimento, de forma gratuita e facilitada, especialmente quando:
 - a) as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.
 - b) o titular discorde das alterações quanto ao tratamento de dados.
 - Direito de ser informado, com destaque, sempre que o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produtos ou de serviços ou para o exercício de direito, o que se estende à informação sobre meios pelos quais o titular poderá exercer seus direitos.
 - Direito à portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviços ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador e eliminação dos dados pessoais tratados com consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
 - Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados.
 - Direito de impedir a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com o objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados, quando solicitado pelo próprio titular, ou nas hipóteses de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador ou tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela Administração Pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
 - Direito ao término do tratamento quando verificado que a finalidade foi alcançada ou que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada ou, ainda:
 - a) Se houve o fim do período de tratamento,
 - b) Se houve comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no §5º do artigo 8º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, resguardado o interesse público
 - c) Se, por determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

- Direito à eliminação ou ao apagamento dos dados, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação somente nas exceções legais.
- Direito à segurança dos dados comprometendo-se o agente de tratamento de dados à utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os seus dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou até mesmo ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- Direito à adequada prevenção de danos, comprometendo-se o agente de tratamento a adotar medidas para prevenir a sua ocorrência e, não sendo possível evitá-los, suportar a devida indenização.
- Direito de não ser discriminado de forma ilícita ou abusiva.

4. COMO EXERCER ESSES DIREITOS?

Nosso **ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)** é qualificado e treinado para atender às suas dúvidas, solicitações e demandas acerca de seus dados pessoais e você poderá nos contatar por meio de nossos canais oficiais.

Nós garantimos a facilidade e a gratuidade do acesso ao nosso CANAL DE ATENDIMENTO para você, titular dos dados pessoais que tratamos. Nós asseguramos a você que agiremos com transparência e boa-fé em nossos atendimentos.

Nossa equipe irá analisar sua solicitação, verificando a melhor alternativa para respondê-lo, podendo, se necessário, solicitar informações específicas para confirmar a sua identidade e garantir que você tem legitimidade para exercer os seus direitos. É uma medida para assegurar que os seus dados não sejam divulgados a qualquer pessoa que não tenha legitimidade para recebê-los.

Ao fim do seu atendimento, uma notificação de conclusão será enviada. As informações colhidas na sua solicitação serão mantidas em nossos arquivos, para que possamos, se necessário, apresentá-lo às autoridades competentes, como prova de que respondemos suas demandas em tempo hábil e da maneira mais adequada, conforme estabelece a LGPD. Consulte, aqui, nossa Política de Atendimento de Titulares de Dados Pessoais, para saber o procedimento exato, prazos e encaminhamentos possíveis.

Gostaríamos que você soubesse, também que a ANPD - Agência Nacional de Proteção de Dados solicita que o titular de dados esgote todas as oportunidades de resolver suas demandas diretamente com o Agente de Tratamento de dados e que, só após disso, solicite a intervenção do órgão fiscalizador. Portanto, se você entender que sua solicitação não foi atendida, você tem o Direito de Peticionar à ANPD, caso entenda que houve descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

5. RESSALVA AO EXERCÍCIO DE DIREITOS

Esperamos que você entenda que algumas demandas ou solicitações podem não ser atendidas e, por isso, listamos situações que podem levar ao não acolhimento da sua pretensão. Todavia, responderemos aos pedidos em tempo e iremos explicar e fundamentar com clareza os motivos que nos levaram à possível negativa do seu pedido. São as seguintes situações que pretendemos ressaltar:

- Quando a solicitação puder afetar segredo comercial e industrial do agente de tratamento.
- Quando o Agente de Tratamento necessitar usar seus dados para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- Quando o tratamento de seus dados se presta ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- Quando o tratamento de seus dados se prestar à prevenção de violação de direito e liberdades de terceiros
- Sempre que for considerado interesse legítimo do Agente de Tratamento.

Quando possível, seus dados serão anonimizados, portanto, perdendo a possibilidade de te identificar, deixando de ser considerado dado pessoal.

Mesmo diante desses casos supramencionados, responderemos às requisições em tempo e iremos informá-lo com clareza sobre os motivos que nos levaram a eventual negativa do seu pedido.

6. ANÁLISE DA REQUISIÇÃO DO TITULAR

Após você, titular, realizar a sua requisição, nosso ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO), analisará e poderá responder-lhe de duas formas:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Informando-lhe que seu pedido é lícito e legítimo, devendo, portanto, ser acatado; ou • Seu pedido foi negado e, por determinadas razões, não poderá ser acatado. Não se preocupe, pois mesmo em caso de negativa iremos informar a você, os motivos pelos quais seu pedido não foi aprovado. Todas as nossas respostas serão sempre enviadas pelo mesmo meio pelo qual você nos contactou. |
|--|

Em algumas ocasiões serão necessárias solicitar-lhe informações específicas para confirmar sua identidade e garantir a possibilidade de que você exerça os seus direitos. Esta é uma medida de segurança para assegurar que os dados não sejam divulgados a qualquer pessoa que não tenha legitimidade para recebê-los.

Caso seu pedido seja aceito, faremos o possível para contatar os nossos fornecedores e parceiros comerciais que podem ter acesso aos seus dados pessoais para que eles também retifiquem, eliminem ou exerçam qualquer outro direito que você requisitou. Todavia, infelizmente, não podemos garantir o real exercício desses direitos por esses terceiros, que utilizam, divulgam e protegem os Dados Pessoais de acordo com as suas respectivas políticas e de acordo com a finalidade para a qual o dado foi disponibilizado, coletado ou com ele compartilhado.

6.1 Tempo de resposta à sua requisição

Recebida a sua requisição, o nosso time retornará a você uma resposta nos seguintes prazos:

DIREITO DO TITULAR	PRAZO
Confirmação da existência de tratamento	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Acesso	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Correção	Em até 5 dias úteis a partir do recebimento da requisição

Anonimização, bloqueio ou eliminação	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Portabilidade	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Revogação ou não fornecimento do consentimento	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Revisão de decisões automatizadas	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Eliminação dos dados tratados com consentimento	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição

Caso sejam necessários esclarecimentos ou mais informações sobre seu requerimento, podemos enviar a você, alguns questionamentos para que possamos responder à sua requisição de maneira satisfatória, de modo que os prazos estarão suspensos desde o envio dos nossos questionamentos até o recebimento da sua resposta.

7. MAIS INFORMAÇÕES

Nosso compromisso é a aplicação rigorosa as normas de proteção de dados pessoais, sempre com o compromisso de fazer o possível para esclarecer todas as dúvidas e solicitações feitas por você, titular.

Caso você tenha alguma dúvida, sugestões, comentários ou reclamações relacionadas a esta política, você pode entrar em contato com a Biodevice por meio do e-mail <andrineia@biodevice.com.br>.

Nós da Biodevice faremos o necessário para preservar todos os seus direitos. E defenderemos o

8. ATUALIZAÇÕES

Esta política deverá ser revisada anualmente ou sempre que ocorrer alterações na legislação vigente ou procedimentos que afetem o conteúdo dessa política.